

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1009678-46.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Adriana Silvia Ortiz e outros**
 Requerido: **Dagmar de Paula Queluz**

Justiça Gratuita

ADRIANA SILVIA ORTIZ E OUTROS ajuizou ação contra DAGMAR DE PAULA QUELUZ, alegando que o requerido realizou obra de construção em civil em imóvel vizinho, o que agravou os danos no imóvel dos autores, que já trata-se de construção antiga e precária. Pedem a condenação do requerido ao pagamento de R\$ 3.234,86 a título de danos materiais, referentes aos reparos necessários, constatados por laudo pericial elaborado na Ação de Produção Antecipada de Provas (nº 1011390-76.2015.8.26.0566), e R\$ 316,70 atinente à reposição de uma antena avariada.

Manifestou-se o requerido, depositando em juízo a somatória dos valores pretendidos pelos autores como danos materiais e pela extinção do feito.

O autor manifestou sua concordância com o valores depositados, pedindo que seja julgada procedente a presente ação e a condenação do requerido ao pagamento de honorários sucumbenciais, nos termos do artigo 90, §4º do Código de Processo Civil.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O requerido reconheceu a pretensão do autor e efetuou depósito judicial. Além disso, deixou a cargo do autor manifestar-se sobre interesse no recebimento de verba sucumbencial.

O autor reconheceu o cumprimento integral da prestação a título de danos materiais e pediu a condenação do réu em honorários sucumbenciais.

Diante do exposto, acolho o pedido, nos termos do artigo 487, III, "a" do Código de Processo Civil, e condeno DAGMAR DE PAULA QUELUZ ao pagamento das importâncias de R\$ 3.234,86 e R\$ 316,70 com correção monetária e juros moratórios, estes contados da época da citação inicial, além das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 5% sobre o valor resultante da condenação, de tudo deduzindo-se o valor já depositado.

1009678-46.2018.8.26.0566 - lauda 1

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Expeça-se mandado de levantamento em favor dos autores, quanto ao depósito judicial de fls. 130.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de novembro de 2018.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**